

RIO DE JANEIRO - UMA CIDADE MODELADA: UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO

*Camila Gomes de Arruda*¹

Resumo: A acessibilidade vem se tornando um importante tema de diversas pesquisas no Brasil e no mundo. Este trabalho tem como principal objetivo debater a acessibilidade e como esta pode se tornar catalisadora da demanda turística - incluindo portadores de necessidades especiais ou pessoas com mobilidade reduzida - no Centro Histórico do Rio de Janeiro. A partir de um levantamento bibliográfico acerca do tema e de um trabalho em campo, foi elaborado um roteiro histórico-cultural acessível no Centro Histórico do Rio de Janeiro. Busca-se explicar a partir de dados obtidos durante a pesquisa de campo, como as melhorias de infraestrutura na região de estudo potencializam o turismo local, atendendo especialmente pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Palavras-chave: Acessibilidade; Centro Histórico do Rio de Janeiro; Turismo Histórico-Cultural; Turismo Acessível; Roteiros Turísticos.

RIO DE JANEIRO - A MODELED CITY: A STUDY ON ACCESSIBILITY IN THE HISTORICAL CENTER OF RIO DE JANEIRO

Abstract: Accessibility has become an important theme of many researches in Brazil and worldwide. This paper aims to discuss accessibility and how it can become a catalyst for tourism demand - including people with disabilities or people with reduced mobility - in the Historic Center of Rio de Janeiro. From a bibliographical survey about the theme and a field work, an accessible historical-cultural script was elaborated in the Historic Center of Rio de Janeiro. We seek to explain from data obtained during the field research, how infrastructure improvements in the study region enhance local tourism, especially serving people with special needs or reduced mobility.

Keywords: Accessibility; Historic Center of Rio de Janeiro; Historical-Cultural Tourism; Affordable Tourism; Tourist itineraries.

Introdução

O cenário do turismo padrão na cidade do Rio de Janeiro é a Zona Sul da cidade, popularmente conhecida por suas praias, tendo destaque quase que absoluto nos roteiros apresentados aos turistas, enquanto outras regiões não têm seu potencial turístico devidamente estimulado, tal como a região histórica do centro da cidade. A área central que, além de possuir uma localização estratégica, guarda segredos e histórias da formação

¹ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, bolsista de Iniciação Científica e integrante do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades (INTERTUR), sob orientação da Prof.^a Dra. Simone Feigelson. E-mail: arruda.camg@gmail.com

e ocupação urbana, com os diversos estilos arquitetônicos, obras de arte, museus e outros atrativos.

Com a ocorrência dos megaeventos em anos anteriores, como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016, e a Copa América de 2019, por exemplo, além do Congresso Mundial de Arquitetura que ocorrerá em 2020, o fluxo turístico do Centro histórico cresceu exponencialmente, assim como o interesse pela revitalização da região. Diversas transformações urbanas ocorreram na área portuária, minimizando a ideia modernista de “alta utilização de automóveis”, com a instalação do VLT², a criação ou revitalização de espaços para pedestres, e caminhos acessíveis para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

O foco deste estudo está especialmente na área do Corredor Cultural³, que faz parte de uma das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Rio de Janeiro, e que está inserido no Centro Histórico e Cultural da cidade. O intuito da pesquisa é delimitar um roteiro histórico e cultural acessível, começando pela Praça XV de Novembro.

Análise da Acessibilidade

Para uma análise da estruturação de uma cidade a fim de avaliar o nível de acessibilidade existente para o público portador de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, um bom planejamento e uma boa mobilidade urbana são dois dos principais quesitos básicos necessários. O Ministério das Cidades (2006a, apud COSTA, M. S. (2008, p. 7) define mobilidade urbana:

As cidades têm como papel principal maximizar a troca de bens e serviços, cultura e conhecimentos entre seus habitantes, mas isso só é possível se houver condições de mobilidade adequadas para seus cidadãos. Neste sentido, a mobilidade é um atributo associado à cidade, e corresponde à facilidade de deslocamento de pessoas e bens na área urbana. A mobilidade traduz as relações dos indivíduos com o espaço em que habitam, com os objetos e meios empregados para seu deslocamento e com os demais indivíduos que integram a sociedade.

(Ministério das Cidades, 2006a, apud COSTA, M. S., 2008, p. 7).

² O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), também conhecido como Light Rail, Metrô Leve ou ainda Metrô de Superfície, é um pequeno trem urbano, geralmente movido à eletricidade, cuja estrutura permite ser adequada ao meio urbano existente, o que significa uma alternativa sustentável de mobilidade para as cidades.

³ De acordo com a Lei N. 506 de 17 de Janeiro de 1984, Art.1º: “Fica criada a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro [...]”. A delimitação atual foi subdividida em quatro subzonas denominadas: Área 1 - Saara; Área 2 - Praça XV; Área 3 - Lapa/Cinelândia; Área 4 - Entorno da Rua da Candelária.

A questão da inclusão social para a produção de uma coletividade fraterna é algo a ser discutido em todos os âmbitos, inclusive no Turismo. Para Sasaki (2009), inclusão significa:

[...] o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (Sasaki, 2009).

No “Plano Nacional do Turismo (2007-2010) - Uma Viagem de Inclusão” é apresentado o objetivo de fazer do turismo um indutor da inclusão social para uma possível absorção de novos turistas. Neste contexto, ampliar o acesso das diferentes camadas da população ao turismo, o que inclui acessibilidade a portadores de deficiência e mobilidade reduzida, são os requisitos centrais do que vem sendo observado na estruturação de políticas públicas para o Turismo Social. O Ministério do Turismo (2006, apud SANTOS, A. F. L. (2016, p. 57) considera o Turismo Social como “uma forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”.

Portanto, cabe dizer que este tema foi escolhido, também, devido à importância de garantir a igualdade para todos os cidadãos, sem restringir seus direitos. O foco, então, está em testar a eficiência da acessibilidade disponível na região do Centro Histórico do Rio de Janeiro com o roteiro elaborado por esta autora e sua orientadora, professora Dra. Simone Feigelson.

Para Raia Júnior (1997), a acessibilidade:

[...] torna possível o acesso dos indivíduos aos locais de empregos, lazer, estudo, equipamentos públicos etc., e é função tanto do uso do solo quanto das características do sistema de transporte.

[...] um indicador que permite avaliar a facilidade de acesso da população de uma determinada área às oportunidades de emprego e aos equipamentos sociais da cidade. (Sanches, 1996 apud. Lima, 1998, p. 21).

Para Ghidini (2010), caminhabilidade é:

[...] uma qualidade do lugar. O caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade, garantido às crianças, aos idosos, às pessoas com dificuldades de locomoção e a todos. [...] Assim, a caminhabilidade deve proporcionar uma motivação para induzir mais pessoas a adotar o caminhar como forma de deslocamento efetiva, restabelecendo suas relações interdependentes com as ruas e os bairros. E para tanto, deve comprometer recursos visando a reestruturação da infraestrutura física (passeios adequados e atrativos ao

pedestre) e social, tão necessárias à vida humana e à ecologia das comunidades' (Ghidini, 2010).

Roteiro no Centro do Rio

Como identificação da importância da área central para o turismo, e da relevância da possibilidade de proporcionar um roteiro acessível na região do Corredor Cultural, esta pesquisa visa desenvolver um primeiro roteiro interligando esses dois principais eixos.

A pesquisa tem o intuito de fazer com que o turismo do Rio de Janeiro busque atender às diversas demandas de turistas, inclusive os portadores de necessidades especiais e os indivíduos com mobilidade reduzida, contribuindo para um turismo acessível e inclusivo. Os objetivos específicos da pesquisa são: a) analisar os aspectos relativos à falta de infraestrutura da região e as dificuldades de mobilidade e acessibilidade - considerando os conceitos de caminhabilidade - para os portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida; b) Contribuir para que os lugares mapeados possam se beneficiar com a presença de turistas portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida; c) Elaborar um roteiro histórico-cultural acessível no Corredor Cultural.

Inicialmente, realizou-se a pesquisa bibliográfica por meio de consultas a livros, periódicos e sites para a fundamentação teórica. Também foi realizado um trabalho de campo para identificar as barreiras arquitetônicas do local com o objetivo de diagnosticar os objetos capazes de reduzir a mobilidade de portadores de necessidades especiais, e definir quais locais podem estar presentes no roteiro acessível elaborado.

O primeiro roteiro elaborado - no ano de 2018 - foi testado com cerca de 60 alunos do curso de Turismo da UNIRIO no dia 3 de setembro do mesmo ano. O roteiro tinha início no Jardim do BNDES, e seguia por outros lugares do Centro Histórico do Rio de Janeiro, sendo eles: a Igreja de Santo Antônio, o Largo da Carioca, a Igreja de São José, o Palácio Tiradentes (ALERJ), a Rua Primeiro de Março, a Praça XV, o Arco do Teles, o Chafariz do Mestre Valentim, a Ladeira da Misericórdia, finalizando na Igreja de N. Sra. de Bonsucesso. Em suma, os locais escolhidos foram selecionados como os que possuíam maior potencial para a formulação de um roteiro turístico para aquela região. Após a implementação do roteiro, e das considerações acerca do mesmo com resultados positivos e satisfatórios, decidiu-se por iniciarmos uma exploração da Zona Portuária, com foco na acessibilidade.

O segundo roteiro foi pensado para atender as pessoas PNEs, com o intuito de elaborar um roteiro turístico acessível. Dessa forma, foi escolhido um trecho do Centro mais plano, com calçamento mais adequado, onde visitamos: o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), a Igreja da Candelária e seu entorno, a Casa França Brasil, o Centro Cultural dos Correios, a Orla Conde, o Museu do Amanhã, finalizando na Praça Mauá. O roteiro foi testado no dia 16 de Setembro de 2019, com cerca de 40 alunos do curso de Turismo da UNIRIO.



Fotos obtidas na implementação do roteiro. Acervo pessoal.

Resultados

Após a implementação do roteiro, observou-se que a acessibilidade é uma necessidade do local. Mesmo após a ocorrência dos grandes eventos na cidade, a manutenção deste espaço urbano é mínima e insuficiente.

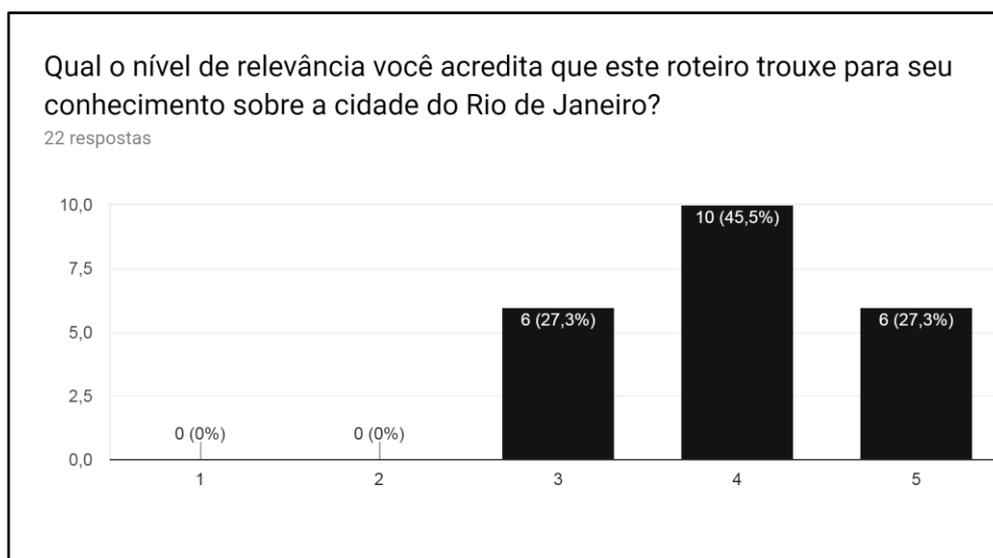
Foi aplicado para os participantes do roteiro-teste um formulário de satisfação, que buscou também medir a acessibilidade dos locais visitados a partir do olhar de quem o respondia. Após obtenção das respostas, analisou-se que, apesar da acessibilidade estar presente em grande parte do roteiro, sua eficiência ainda é precária.

Verificou-se que existem locais específicos que ainda não possuem uma infraestrutura necessária que seja capaz de atender à demanda de portadores de necessidades especiais ou indivíduos com mobilidade reduzida. Neste caso, de acordo

com o conceito de acessibilidade de Raia Júnior (1997) que defende que o que é acessível “[...] torna possível o acesso dos indivíduos aos locais de empregos, lazer, estudo, equipamentos públicos etc., e é função tanto do uso do solo quanto das características do sistema de transporte.” pode-se entender que a infraestrutura presente na região estudada ainda não é adequada para atender ao público que faz parte do contexto da pesquisa.

A mesma conclusão vale também para fazer uma relação com a aderência da pesquisa ao conceito de caminhabilidade, que segundo Ghidini (2010) é “[...] uma qualidade do lugar. O caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade, garantido às crianças, aos idosos, às pessoas com dificuldades de locomoção e a todos.”.

Para a análise dos dados recolhidos no formulário de *feedback* do roteiro-teste, foram feitos gráficos para calcular a média de respostas positivas e negativas. Abaixo, alguns exemplos dos gráficos criados com algumas das questões do formulário que serviu como base para recolhimento dos dados:





Tabelas produzidas pela autora

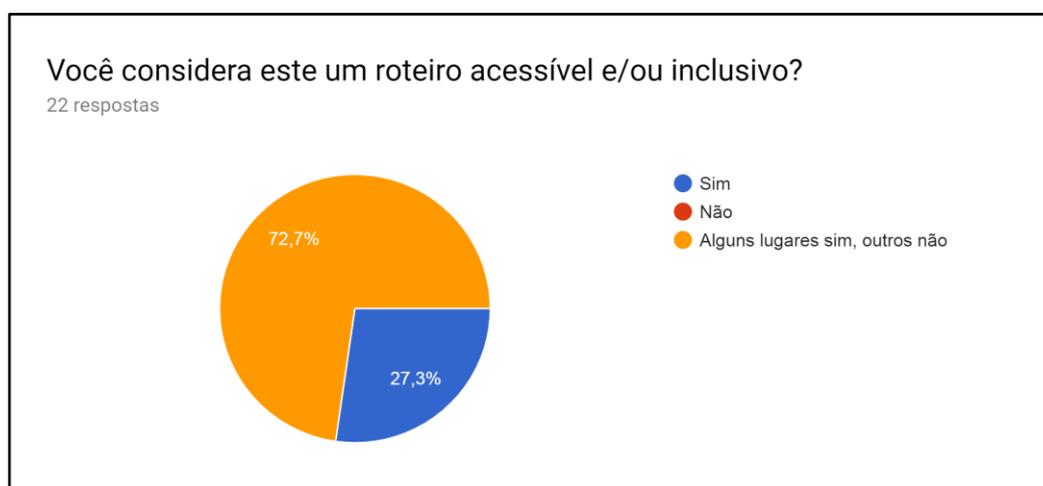


Tabela produzida pela autora

Como pontos positivos, pode-se dizer que este trabalho possibilitou uma investigação de informações subjetivas acerca da acessibilidade inserida no conceito de caminhabilidade no Centro Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. A preocupação em captar informações que pudessem relatar uma plena acessibilidade presente nos espaços visitados era um fato esperado, mas não obteve um resultado positivo. Foram feitas comparações particulares da mobilidade da cidade que proporcionou uma ideia mais profunda do que é ser um portador de necessidades especiais. Foram respondidas e analisadas questões sobre acessibilidade que permitiram um olhar mais crítico às estruturas que são hoje disponibilizadas aos deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. Também, o trabalho será útil para a construção de uma monografia com o mesmo tema.

Conclusões

Sendo o objetivo do presente trabalho traçar a evolução da formação urbana, histórica e cultural da cidade a partir de levantamentos bibliográficos, mapas, cartografias, fotografias e imagens que ajudem a contar a história da cidade do Rio de Janeiro, juntamente com a intenção de elaborar roteiros turísticos acessíveis com um toque histórico-cultural, conclui-se que a importância deste trabalho se mostra quando o foco é estudar o Centro da Cidade do Rio de Janeiro, uma Zona de pouca exploração e reconhecimento, mas que é capaz de contar a história da cidade desde os primórdios até os dias atuais, e atender às diversas demandas turísticas que a cidade recebe, incluindo os PNEs.

É importante ressaltar que desde o início do povoamento dessa área delimitada que atualmente é conhecida como o Centro da cidade do Rio de Janeiro, a mesma vem sofrendo constantes transformações - que compreendem desde a derrubada de morros e aterro de diversas partes da cidade, a expansão de ruas para passagem de veículos e a construção de monumentos públicos diversos para o embelezamento que começou com a ocupação de ordens religiosas e forças armadas portuguesas - que influenciam diretamente sua ocupação urbana, e que são agora grandes potenciais de turismo histórico cultural para a região.

A prática do turismo neste local remete o visitante a conhecer e reconhecer uma área que não pode nunca ser abandonada ou esquecida, devido ao contexto de ser a primeira zona povoada da cidade, com edifícios representativos e lugares que trazem muita memória e relevância.

Referências Bibliográficas:

- ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX**. Mauad Editora Ltda, 2006.
- COSTA, M. S. (2008). **Um Índice de Mobilidade Urbana Sustentável**. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 26 Nov. 2019.
- Diário Oficial do Rio. **Lei N. 506 de 17 de Janeiro de 1984**. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4107414/centro_lei506_84_corredor_cultural.pdf>. Acesso em: 26 Nov. 2019.

GHIDINI, Roberto. **A Caminhabilidade: Medida Urbana Sustentável**. 2010. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/a-caminhabilidade-medida-urbana-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 26 Nov. 2019.

LIMA, R. S. **Expansão Urbana e Acessibilidade - o caso das cidades médias brasileiras**. Orientador: Prof. Dr. Antônio Néelson R. da Silva. 1998. 91 f. Dissertação (Mestrado em Transportes) - Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde-25062002-155026/publico/lima98.pdf>>. Acesso em: 1 Dez. 2019.

Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 1 Dez. 2019.

Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. [S. 1.], 2000. Disponível em:

<https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/emurb/2011/07/LeiFederal_10098_2000_Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 1 Dez. 2019.

RAIA JÚNIOR, A.A. **Acessibilidade e Mobilidade na estimativa de um índice de potencial de viagens utilizando redes neurais artificiais e sistemas de informações geográficas**. Orientador: Prof. Dr. Antônio Néelson R. da Silva. 2000. 212 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde-10112001-160812/publico/RaiaJrT.PDF>>. Acesso em: 1 Dez. 2019.